

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA**

Marlene Aparecida Pereira

**Sentidos sobre o “conhecimento”: um olhar discursivo sobre mulheres
negras na universidade**

**Uberlândia
2024**

MARLENE APARECIDA PEREIRA

**Sentidos sobre o “conhecimento”: um olhar discursivo sobre mulheres
negras na universidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras: Inglês e Literaturas de Língua Inglesa.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito

Banca examinadora:

Dra. Carla Nunes Vieira Tavares — UFU

Dra. Mariana Rafaela Batista Silva Peixoto — UFU

Uberlândia
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P436 2024	<p>Pereira, Marlene Aparecida, 2001- Sentidos sobre o "conhecimento" [recurso eletrônico] : um olhar discursivo sobre mulheres negras na universidade / Marlene Aparecida Pereira. - 2024.</p> <p>Orientadora: Cristiane Carvalho de Paula Brito. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Letras. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Linguística. I. Brito, Cristiane Carvalho de Paula, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 801</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Dedico este trabalho à minha mãe, minha maior referência de mulher negra, de resiliência e minha educadora eterna. Do mais profundo do meu coração, agradeço por tudo que fez por mim, por acreditar em mim em todas as etapas da vida e por não medir esforços para eu conseguir alcançar todos os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por ser meu modelo de vida, por me incentivar e acreditar em mim sempre.

Agradeço aos meus amigos João, Laura, Vitória, Iriállice e Beatriz, por estarem comigo nos momentos mais doídos que a vida adulta e universitária me proporcionou nos últimos anos.

Também sou grata à minha orientadora, a doutora Cristiane Brito, por sempre estar presente, acreditar em mim e indicar o melhor caminho para a realização deste trabalho.

Agradeço, também, a banca avaliadora, que dedicou tempo para a análise e apreciação deste trabalho.

EPÍGRAFE

“Para mulheres educadas para sentir medo, a raiva é muitas vezes uma ameaça de aniquilação. Na constituição masculina feita à base de força bruta, nos ensinaram que nossa vida depende da boa vontade do poder patriarcal. A raiva dos outros deve ser evitada a todo custo porque não há nada a aprender com isso a não ser dor, a acusação de que fomos meninas más, de que somos falhas, de que não fizemos o que deveríamos. E se aceitarmos nossa impotência, então é claro que qualquer raiva poderá nos destruir” (LORDE, 1984).

RESUMO

Com o surgimento do fenômeno da internet as discussões e teorizações acadêmicas passaram a ser palco de protagonismo das redes sociais. Com isso, questões que envolvem raça, gênero e classe se tornaram cada vez mais recorrentes na internet. Com base nessa perspectiva e a partir de questionamentos como “qual a relevância desses vídeos para a representação e constituição identitária de mulheres negras na universidade?”, surgiu o interesse na realização deste trabalho que se propõe a refletir sobre as produções de sentido de docentes e alunas negras de diferentes universidades e cursos do Brasil, em quatro vídeos disponíveis no YouTube. Para tal propósito, apresentaremos as contribuições da Análise do Discurso Franco-brasileira (AD) e da Linguística Aplicada (LA), nos baseando principalmente nos estudos realizados por Eni Orlandi, Sousa Santos, Sueli Carneiro, entre outros que contribuíram para o arcabouço teórico dos pressupostos e abordagens desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: Mulheres negras. Identidade. Raça. Racismo.

ABSTRACT

With the emergence of the internet phenomenon, academic discussions and theorizations became the stage for social networks to take center stage. As a result, issues involving race, gender and class have become increasingly common on the internet. Based on this perspective and based on questions such as “what is the relevance of these videos for the representation and identity constitution of black women at the university?”, interest arose in carrying out this work, which aims to reflect on the productions of meaning by teachers and black students from different universities and courses in Brazil, in four videos available on YouTube. For this purpose, we will present the contributions of Franco-Brazilian Discourse Analysis (AD) and Applied Linguistics (LA), based mainly on studies carried out by Eni Orlandi, Sousa Santos, Sueli Carneiro, among others who contributed to the theoretical framework of assumptions and approaches developed throughout this work.

Palavras-chave: Black Women. Identity. Race. Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 O que é a Linguística Aplicada (LA) e a Análise do Discurso (AD)?	12
1.2 Os negros e o Índice de Desenvolvimento Humano	14
1.3 A raça, o racismo e o epistemicídio	16
1.4 A Branquitude e o Mito da Democracia Racial	19
1.5 O que é ser antirracista na educação?	22
2. PERCURSO METODOLÓGICO E ANALÍTICO	24
2.1 Mulheres negras na academia: descrição dos canais	25
3. O DISCURSO DE MULHERES NEGRAS NA ACADEMIA	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5. REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Começo meu trabalho citando Audre Lorde porque suas palavras ecoam inspirações para este estudo e desenham um dos pontos de partida deste trabalho de análise de experiências de mulheres negras na universidade, um espaço em que a construção de identidade é desafiadora. Explorar as ressonâncias produzidas pelas mulheres negras torna-se imprescindível para conhecer e compreender a trajetória de ingresso e permanência dessas mulheres no ensino superior. Esse ingresso, marcado por numerosos estereótipos e impossibilitadores, tais como o racismo e preconceito de gênero e classe, produz extensas trajetórias que, em sua esmagadora maioria, são marcadas pelo desânimo, vergonha e humilhação. O racismo não opera como um sistema individual, trata-se — além dos comportamentos individuais — do resultado do funcionamento das instituições, que atuam (in)diretamente, nas dinâmicas de vantagens, desvantagens e privilégios baseados na raça (Almeida, 2018).

Embora as políticas afirmativas de raça e classe possibilitaram o ingresso de pretos, pobres e favelados na universidade, ainda há defasagens na permanência das mulheres negras no âmbito acadêmico. Almeida (2018, p. 30) aponta que “é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social”. Isto é, essas regras institucionais perpetuam estereótipos e preconceitos racializados que operam significativamente na vida e permanência acadêmica das mulheres negras.

Fui uma criança negra, gorda, com cabelos cacheados e nariz grande. Meu irmão mais velho e eu temos treze anos de diferença. Minha irmã mais velha e eu temos oito anos de diferença. Como filha mais jovem, e mulher, fui ensinada desde muito jovem que meu papel era calar e consentir, cuidar e nutrir dos homens da família e aprender a “pisar em ovos”, pois, por mais que as mulheres da minha família fossem extremamente resilientes, elas se subjugavam constantemente.

Minha mãe é uma mulher negra de pele clara que passou a vida inteira trabalhando como coladeira de sapato. Ela ocupa o lugar, como tantas outras mulheres negras, que não lhe pôde ser negado, pois é o que o mundo reserva às mulheres como ela: o serviço braçal, exaustivo, desumano; a lata de lixo da sociedade. Foi observando minha mãe, enquanto eu crescia, que conheci o sabor da raiva, era natural do meu cotidiano acompanhá-la no trabalho e a ver, junto

com minhas tias, definhar por conta dos filhos, da jornada de trabalho extensa e, sobretudo, por conta do marido.

A escola nunca foi um lugar no qual me senti bem. Minhas experiências não foram diferentes das demais meninas negras. No ensino fundamental, meu corpo era hipersexualizado pelo meu professor de educação física, e mais tarde, passou a ser ridicularizado por colegas de classe. Meu cabelo, meu nariz e até meu diastema eram focos de chacota. Por muitos anos eu tentei negar minha negritude, eu não era como minhas amigas brancas, não era inteligente, não era linda, não era respeitada, minhas reações eram lidas como agressivas. Poucos anos depois, no ensino médio, conheci uma professora que mostrou o caminho da literatura para mim e foi por meio da literatura afro-latino-americana que despertei o interesse de ir para a universidade, pois nenhuma pessoa da minha família havia conhecido o ambiente acadêmico, tampouco terminado a escola.

Quando finalmente entrei na universidade, percebi que aquele lugar não era para mim. O processo de passar no vestibular se tornou, então, muito fácil diante da realidade que encontrei: eu estava lá, mas não me reconhecia merecedora ou tão inteligente quanto os demais colegas. Lorde (1984) pontua que toda mulher é munida de uma raiva que quando bem usada pode ser útil contra as opressões pessoais e institucionais, se tornando uma fonte de energia para o progresso e mudança nas bases pressupostas sobre as quais a vida é construída. Meu irmão, um homem negro, foi vítima da falsa democracia racial, sofreu numerosas violências socio-raciais e morreu no pico da infecção do Covid-19. Senti aquela raiva novamente, uma pessoa importante dissipou-se da minha vida como fumaça, sem aviso prévio. Para mim, era um ciclo sem fim: todas as pessoas negras que eu conhecia estavam morrendo pela nossa realidade esmagadora, o meu próprio irmão havia se tornado mais uma estatística. Foi nesse momento que decidi fazer daquela universidade que me machucava tanto um local que contribuísse para novas formas de saber, assim transformei minha raiva em combustível para me aprofundar nos estudos raciais.

O protagonismo negro nas redes sociais é recente. Mulheres negras começaram a expor suas experiências há cerca de nove anos, sobretudo no YouTube, pois era a plataforma mais popular e que mais crescia na época. Pouco tempo depois, alguns relatos sobre as vivências de mulheres negras na universidade começaram a surgir em outras plataformas, como o Instagram e Facebook. Entretanto, embora a internet tenha contribuído para a disseminação desses vídeos de troca de saberes, desabafos e relatos, ainda são poucos aqueles em relação a vivências no âmbito acadêmico. Tive contato com esse tipo de conteúdo depois que entrei na universidade, o YouTube foi um precursor para que pessoas negras, de distintos lugares, pudessem compartilhar suas questões sociais e raciais. Assim sendo, este trabalho pretende analisar os discursos produzidos por mulheres negras na internet sobre suas vivências na universidade, ao compartilhar suas experiências únicas, como estudantes no Ensino Superior público. Mais especificamente, visamos: a) investigar sentidos produzidos para o significante “conhecimento”, quando essas mulheres enunciam suas vivências no contexto mencionado b) refletir sobre a incidência desses sentidos na constituição identitária de mulheres negras no âmbito acadêmico.

Para desenvolver os objetivos propostos, dividimos este trabalho em três seções. Na primeira seção buscamos explorar conceitos fundamentais como raça, racismo e branquitude. Nesta seção também abordaremos a teoria racial crítica e a educação antirracista, bem como as representações sociais da população negra, tendo como base as contribuições teóricas de Almeida (2018), Gonzalez (1987) e Bento (2022). Dedicamos a segunda seção aos procedimentos metodológicos e à fundamentação teórica que contorna este trabalho, sendo ela a Análise do Discurso franco-brasileira. As perspectivas de Orlandi (2005) e Carneiro (2005) são especialmente relevantes para a compreensão e reflexão das dinâmicas e implicações históricas e sociais que permeiam o objeto de estudo. Para finalizar, a terceira seção será reservada à análise e descrição dos vídeos, bem como a categorização dos elementos discursivos de cada vídeo e seus efeitos de sentido. Serão analisados quatro vídeos disponíveis no YouTube e Instagram de canais e páginas dedicados a questões raciais.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 O que é a Linguística Aplicada (LA) e a Análise do Discurso (AD)?

Esta seção tem como foco explorar uma breve trajetória histórica sobre a Linguística Aplicada (LA) e sua relação com a Análise do Discurso e os Estudos Raciais. Os primeiros indícios de surgimento da Linguística Aplicada, segundo Celani (1992), ocorrem em meados da década de 40, na Universidade de Michigan, e se expande para a Europa e Estados Unidos quase três décadas depois. No Brasil, por volta da década de 70, os estudos em LA começaram a se sustentar, nesta época eram voltados, principalmente, para a aprendizagem da língua “estrangeira” e sua estrutura, a LA nesta perspectiva era considerada uma ciência neutra e apolítica (Moita Lopes, p.14). Somente por volta dos anos 90 a LA no Brasil passou, como denomina Moita Lopes, por uma nova era de pensar e fazer a Linguística Aplicada. Desse modo, os estudiosos passam a se preocupar com o viés politizado, sociocultural e crítico da Linguística Aplicada, se tornando, assim, uma ciência social. Pennycook (2006) compreende a LA como uma forma antidisciplinar, isto é, se trata de um conhecimento transgressor que mobiliza modos de pensar e fazer de maneira problematizadora.

Se a Linguística Aplicada se trata de uma disciplina transgressora, crítica e social, de que maneira se relaciona com os estudos de raça, classe e gênero? De que modo essa Linguística conversa com a Análise do Discurso? A relação entre a LA, a Análise do Discurso e dos estudos de raça é múltipla e complexa. A Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e em como ele está investido em significância para e por sujeitos (Orlandi, 1999, p. 26). Assim, inicialmente, podemos afirmar que a relação entre LA e AD analisa e reflete como a linguagem contribui para a construção da identidade racial e como é mobilizada como ferramenta de poder em diversos contextos sociais. Neste sentido, pretendemos refletir como o discurso é usado como ferramenta que constrói e negocia

identidades sociais, sobretudo, as raciais. Esta relação, nos permite, de certo modo, evidenciar ideologias e estereótipos que se perpetuam e se reproduzem por meio da linguagem.

Para uma melhor compreensão da relação entre LA e AD, é imprescindível pensar o funcionamento do discurso. A análise do discurso nos permite descrever, interpretar e relacionar a linguagem e sua externalidade. Orlandi (2006, p. 14) ressalta que a AD tem seu método e objeto próprios e se constitui como uma disciplina de entremeio, “fazendo-se na contradição dos três campos do saber — a linguística, a psicanálise e o marxismo”. É relevante destacar que podemos considerar o discurso como um efeito de sentido entre locutores no qual se considera não só a linguagem como também seu funcionamento (Pêcheux, 1969). Estes efeitos se dão, segundo Orlandi (2006), por conta da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de certas circunstâncias afetadas pelas memórias discursivas, ou pelos interdiscursos — algo que é dito antes, em outro lugar, independentemente, em uma conjuntura ampla.

Quando pensamos o discurso, é imprescindível mencionar suas condições de produção, que incluem o sujeito e a situação. Observemos a situação a partir de duas maneiras: ampla e estrita. A primeira diz respeito à compreensão sócio-histórica e ideológica em grande escala, já a segunda compreende as circunstâncias do *aqui* e *agora* da enunciação, isto é, o contexto imediato dessa situação. Orlandi (2006), afirma que a dissociação desses conceitos é viável apenas para meios de explicação, na prática não é possível dissociar um do outro, uma vez que em uma situação de linguagem os dois conceitos funcionam simultaneamente. Assim, o modo como essas condições se estabelecem produzem o que são chamados de relações de sentido e força: todo discurso é aberto a relações de sentidos, relações essas em que o que dizemos se relaciona com outros dizeres e faz partes dos efeitos de nossos dizeres. Essa relação como condição de produção estabelece as chamadas relações de força, as quais o local social do qual falamos marca um discurso com a força da locução que esse local representa, assim, como exemplificado por Orlandi, importa se falamos do lugar de professor, presidente, filho ou etc., pois cada um desses lugares estabelece uma força, resultando em posições não neutras.

Orlandi (2006, p. 17) aponta que “o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso”, isso indica que a língua e a ideologia afetam diretamente a constituição do sentido e do sujeito e assim se constituem ao mesmo tempo, é assim que uma palavra ou expressões diferentes pode, em uma mesma formação discursiva, ter o mesmo sentido. Desse modo, assim como explorado por Brito e Guilherme (2013, p. 12), os discursos que são produzidos coexistem com outros discursos e nesse movimento “os sentidos não possuem estabilidade, os dizeres se contradizem e se conflitam, pois se constituem de outros discursos, estão povoados por outros discursos que se contradizem e se refutam”. Dessa maneira, este trabalho pretende, a partir dos conceitos abordados, elucidar como a LA e a AD contribuem para a construção de identidade de mulheres negras na universidade. As condições de produção foram retiradas de depoimentos em vídeos retirados do YouTube, acreditamos que estes vídeos abordam questões acerca dos confrontos, conflitos e contradições que permeiam a formação da identidade social dessas mulheres.

1.2 Os negros e o Índice de Desenvolvimento Humano

Esse capítulo almeja refletir o cenário social e político brasileiro no que tange às questões raciais na educação pública. Nos baseamos, principalmente, na Teoria Racial Crítica, uma vez que o conceito permeia as representações da população negra brasileira. Carneiro (2011), ao analisar o IDH-14¹ (Índice de Desenvolvimento Humano) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, identificou que, dos 11 bilhões de fundos destinados a projetos governamentais de combate à pobreza nos estados com menor índice, quase nada foi destinado às políticas específicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade. Nos anos 2.000, enquanto os brancos ocupavam a 49^a posição no *ranking* do PNUD (Programa das Nações

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice estatístico que compara indicadores de países nos itens de expectativa de vida, pobreza e renda per capita, é usado para analisar e classificar os países em quatro diferentes níveis de desenvolvimento humano.

Unidas e Desenvolvimento), afrodescendentes ocupavam a 108ª posição. O Brasil, seguindo o mesmo *ranking*, ocupava a 74ª posição. Esses dados mostram, desde aquela época, a impossibilidade dos órgãos governamentais de criarem programas de incentivo ao desenvolvimento de saúde, bem-estar e educação para pessoas em situações de vulnerabilidade. Embora os negros formassem uma significativa porcentagem da população do país, o relatório expôs uma lista sem nenhum programa específico dedicado à população negra.

Em paralelo, no Governo atual encontramos avanços nas iniciativas de políticas públicas para a sociedade vulnerável do país, incluindo saúde e educação. Contamos com o Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ambos administrados, respectivamente, por uma ministra e um ministro negros. Dentro dos planos das Secretarias dos Ministérios, encontramos uma variedade de projetos voltados à educação afro-brasileira, quilombola e indígena. Apesar desses avanços significativos, o Relatório de Desenvolvimento Humano do racismo, pobreza e violência do PNUD aponta que, caso o país fosse emancipado, a população branca brasileira ficaria na 44ª posição no *ranking* das nações, enquanto a negra na 105ª posição. Ainda, para as mulheres negras, o cenário é pior, de 1992 a 2004 a quantidade de mulheres negras desempregadas se sobressaía à porcentagem dos homens negros no desemprego, nesta época mulheres brancas recebiam um salário quase 90% maior do que as negras.

Entre o período de 1991 e 2000 apenas uma pequena porcentagem de 2.5% da população negra jovem tinha acesso à universidade, enquanto 12% da população branca ocupava os espaços privados e públicos. Os dados apontados pelo PNUD dizem por si só a situação agravante da disparidade racial do país. O importante, para além dos dados, é compreender onde estavam esses jovens se não num ambiente educacional reservado, teoricamente, para todos os cidadãos brasileiros. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2005 58% da população carcerária era negra, em 2022 esse índice subiu para 69%.

Dados oficiais do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indicam que com o avanço do Índice de Inclusão Racial (IRR) e as ações afirmativas, principalmente a Lei das

Cotas, em 2017, 38% da população negro ingressou no ensino superior. Em 2021, o número foi mais positivo, 21% dos estudantes que concluem o ensino superior são mulheres negras, tornando-se, assim, o segundo maior grupo de pessoas que concluem os estudos no país. Entretanto, a barreira continua alta para essas mulheres permanecerem no ensino superior, o ingresso, nesse caso, é mais fácil do que sobreviver aos cinco anos de graduação.

As instituições têm dificuldades com a inserção de negros e negras, estes ambientes, majoritariamente brancos, se colocam no lugar de desconforto quando uma presença negra é inserida em sua realidade. De acordo com Bento, as instituições não foram feitas e tampouco preparadas para negros, pois:

Em um ambiente em que todas as pessoas são brancas, elas se identificam umas com as outras e se veem como iguais, membros de um mesmo grupo. Essa presença exclusiva de brancos, aliás, faz parte da realidade da maioria das organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Quando isso é rompido pela presença de uma pessoa negra, o grupo se sente ameaçado pelo “diferente”, que por ser na instituição ou no departamento a única pessoa negra, num país majoritariamente negro, expõe os pés de barro do “sistema meritocrático [...] Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privado, seu território. Os negros estão fora do lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando” (BENTO, 2014, pg. 73).

Por fim, o avanço nas políticas educacionais, cotas e programas de iniciativa racial, embora muito tenha mudado na realidade da população negra brasileira, ainda permanece nas camadas “rasas”. A evasão de mulheres negras no ensino superior é uma questão a ser refletida para além do ingresso na universidade, visto que o caminho para a conclusão do ensino superior envolve as esferas sociais, econômicas, raciais e geográficas.

1.3 A raça, o racismo e o epistemicídio

A necessidade de políticas educacionais antirracistas eficientes se dá, para além de leis e emendas, a partir da busca pela compreensão de termos básicos sobre a racialização. Muito

se discute sobre o termo *raça*, mas o importante é que seu significado sempre está ligado à classificação, categorização social e biológica, poder e conflito. Ao fazer uma rápida pesquisa no google com a palavra “raça”, encontramos a seguinte definição: “raça é uma categoria das espécies dos seres vivos, utilizados pela biologia como forma de classificação. Em termos sociais, o uso do termo raça é usado enquanto senso comum para determinar grupos étnicos a partir de suas características genéticas”. Percebe-se que, antes do uso social, a raça era um termo utilizado para a classificação de plantas e animais. Para Almeida (2018), a raça:

Não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2018).

Em meados do século XIX, o indivíduo passou a ser considerado objeto de estudo científico e mais adiante estudo biológico. O negro, nesse sentido, sofreu ampla perseguição, isto é, os costumes, modos de agir e viver foram substituídos pelas tradições da “civilização” europeia. Os “selvagens” finalmente foram controlados, a ideia de que o homem branco europeu era fisicamente e intelectualmente superior aos outros povos, devido sua tradição civilizada, foi tão naturalizada a ponto de acharmos normal a aniquilação colonial etnocêntrica realizada na América Latina e África. A raça, assim, passou a ser um sistema de classificação entre brancos e o resto do mundo. Silvio Almeida (2018, p. 37), ao discorrer sobre a construção da raça nas américas, ressalta que em “um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”. Isso nos implica pensar as relações raciais de forma complexa e desafiadora, pois a raça é política, histórica e detém dispositivos de poder.

O racismo, por sua vez, se manifesta e se estrutura nas instituições, relações interpessoais, espaços públicos, privados e findam, por meio das práticas conscientes ou não, em desvantagens para determinados indivíduos ou grupos raciais. O racismo, ainda, se difere do preconceito racial, embora estejam relacionados. Enquanto o preconceito racial é baseado em estereótipos, como, por exemplo, mulheres negras serem definidas como agressivas, histéricas e “barraqueiras”, o racismo é, conforme definido por Almeida (2018, p. 22), “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”.

Entendemos por epistemicídio, segundo Sueli Carneiro (2005), seguindo a referencial teórica de Boaventura de Sousa Santos, aquilo que passa a ser um instrumento étnico-racial de negação de produção legítima de conhecimento e saberes por grupos dominados, que são desprezados como sujeitos produtores de conhecimento. Sousa Santos (1995) ressalta que o projeto colonial violento que ocorre no Brasil deriva de dois grandes conceitos, o genocídio e o epistemicídio. O genocídio para ele se configura como um tipo de epistemicídio, pois trata-se da desqualificação e rejeição de conhecimento produzidos pelas minorias, aqueles que estão às margens; subalternos: os negros, índios, mulheres, e outros grupos vulneráveis.

Na universidade, o epistemicídio de mulheres negras é brutal, toda sua forma e construção de pensamento é deslegitimada, como veremos nos vídeos a serem analisados. As trocas de saberes entre as mulheres negras e outros grupos na universidade são descartadas. Nessa perspectiva, a mulher raivosa volta ao foco. Lorde (2021) salienta que:

Mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva; a raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, do silêncio, dos maus-tratos, dos estereótipos, da postura defensiva, do mau julgamento, da traição e do cooptação. [...] Se as mulheres na academia querem realmente dialogar sobre racismo, será preciso que elas reconheçam as necessidades e as condições de vida das outras mulheres. (pg. 155-158)

Considerando o funcionamento do epistemicídio e do racismo na universidade, as contribuições de Carneiro (2005) acerca do silêncio e silenciamento na escola estão, nesse

contexto, estreitamente relacionadas aos apontamentos de Lorde (1984) sobre a arrogância acadêmica. Sueli aponta que o silenciamento está na relação aluno-professor, na gestão escolar, nas atitudes dos pais, sejam eles brancos ou negros e em consequência causa no estudante negro o efeito de “esquizofrenia ou suposição de paranoia”. Trazendo a discussão para o ambiente acadêmico, não é injusto ressaltar que esse acontecimento traumático na infância traz uma série de futuros agravamentos para a vida da mulher, que antes, vivenciou situações parecidas em diferentes momentos da vida, seja no maternal, na escola, no trabalho ou na universidade.

Na universidade, essa esquizofrenia paranoica é ampliada. Lorde (2021, p. 137) destaca que “é uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras e do Terceiro Mundo, e de lésbicas”. Veremos na seção de análise a frustração das mulheres negras diante de um ambiente acadêmico que não proporciona suporte adequado para pesquisa, tampouco interesse no campo dos estudos raciais, desse modo, esse abandono acadêmico também é uma forma de epistemicídio.

1.4 A Branquitude e o Mito da Democracia Racial

O processo europeu de colonização perpetuou hierarquias de classe e raça, impondo o pensamento ocidental aos considerados dominados. Bento (2022) destaca que o europeu se baseava no tom da pele para classificar quem eram os “bárbaros”, “primitivos” e “selvagens”, para justificar o violento processo de colonização. Com isso, a expansão eurocêntrica foi estabelecida naturalmente, o comportamento subalterno e cativo daqueles subjugados também foi facilmente naturalizado. Entretanto, tanto o “branco” quanto o “negro” são construções sociais. Conforme realça Schucman (2012, p. 174) “é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas”. Isso significa que embora num local de poder, o branco também é fruto do processo de racialização.

A *supremacia branca* é considerada a dominação das pessoas brancas em detrimento de outras pessoas ou grupos específicos em qualquer esfera social da vida, por assim dizer, vantagens e situações de privilégios em todos os setores da vida social. Almeida (2018) ressalta que o termo é pertinente, mas seu uso é perigoso fora de contexto. Afirmar que o racismo se cria a partir da supremacia branca, para o autor, é reduzir os avanços do combate ao racismo, sem considerar que as identidades brancas e não brancas são implicações políticas, históricas e culturais.

Muitos pesquisadores negros contribuíram para o que hoje chamamos de branquitude. No entanto, para falarmos sobre branquitude se faz necessário compreender o que é a identidade racial branca. Frantz Fanon (1980), filósofo francês e nascido em Martinica, discute sobre raça, identidade e a relação entre colonizado e colonizador. Para ele, a opressão da estrutura racista passou a dominar, mesmo que subjetivamente, colonizados e colonizadores. A identidade branca é predominantemente construída em oposição à identidade negra. Dessa maneira, o branco tem uma visão distorcida de si mesmo quando sua identidade é fundamentada no conceito de superioridade racial.

A Europa eurocêntrica, ao impor sua visão de mundo e valores, perpetuou estereótipos que justificam a exploração e a subalternização, de modo que a rejeição à autoimagem por parte dos negros se revela: enquanto brancos nunca se colocam no lugar de inferioridade a não ser por outros brancos, negros são confrontados constantemente pelos estereótipos e discriminações raciais. Esse confronto nos leva, muitas vezes, à tentativa de assimilação aos padrões estéticos e culturais brancos, a identidade branca se torna “invisível”:

A ideia de invisibilidade é complexificada por Frankenberg (2004), que argumenta que não é que a identidade racial branca seja invisível, mas sim que ela é vista por uns e não por outros, e, dependendo dos interesses, ela é anunciada ou tornada invisível. Como exemplo, podemos citar a discussão sobre as cotas raciais, onde a maioria dos brancos sabe e vê sua branquitude para dizer que as cotas os excluem. Contudo, a autora sugere que essa invisibilidade acontece quando uma sociedade chega ao ponto de uma hegemonia e a uma ideia de supremacia racial branca tão poderosa, em que os não brancos não têm voz nem poder para apontar a identidade racial do branco, nem tampouco os brancos conseguem se perceber como mais uma

das identidades raciais, mas sim como a única identidade racial normal, e outras devem alcançá-la em níveis intelectuais, morais, estéticos, econômicos etc. (Schucman, 2012, p. 24)

Frankenberg (2004) argumenta que muitas vezes a invisibilidade da identidade racial branca refere-se às pessoas brancas não se questionarem sobre sua própria identidade racial, pois ela é considerada a norma padrão na sociedade. Essa ideia também é, em partes, defendida por Fanon (1980), segundo o autor, nas colônias, um branco nunca se sentiu inferior ao que quer que seja. O branco, assim, não se preocupa com sua identidade, tampouco a reconhece como uma identidade racial.

Tratando-se de mulheres negras no âmbito acadêmico, a invisibilidade abordada por Frankenberg nos ajuda a buscar compreender como a identidade branca é reproduzida e como as percepções de raça são modeladas, além de propor reflexões no que tange às dinâmicas raciais em instituições públicas de ensino, uma vez que a questão racial para aqueles que frequentam a academia ou qualquer espaço público da vida social, em grande maioria, é reduzida a apenas um problema de classe, reforçando o que Lélia Gonzales (1984) classifica como mito da democracia racial.

A democracia racial se trata de mais uma produção da branquitude, assim como o sistema de classificação de raça, se criou e consolidou no imaginário social brasileiro o mito racial. Tal mito se expandiu de maneira tão arraigada no imaginário social brasileiro que se transformou em uma ideologia formal para as relações raciais no país, bem como máscara a realidade de que para os pobres, negros, indígenas e favelados, nunca houve democracia no país. O mito da democracia racial significa, assim, um sistema no qual todos os cidadãos, independentemente da raça, cor ou etnia, gozam de todos os direitos humanos; uma sociedade ideal, entretanto, não é o que ocorre na sociedade brasileira, tampouco no espaço acadêmico — local em que muitas mulheres pretas não chegam a frequentar.

1.5 O que é ser antirracista na educação?

A nomenclatura teoria antirracista surgiu, segundo Dei (1996), na Grã-Bretanha, se estendendo para o Canadá e Estados Unidos, respectivamente. No Brasil, de acordo com Aparecida Ferreira de Jesus, pioneira na pesquisa narrativa sobre educação antirracista, pesquisadores têm adotado o termo antirracista em suas produções. Nesta ótica, a educação antirracista está relacionada a diversas estratégias pedagógicas, curriculares e institucionais, isto é, esta educação tem como objetivo promover equidade racial e erradicar preconceitos, estereótipos e discriminações raciais, tanto em magnitude individual quanto institucional. Ferreira (2012) aponta que o uso da terminologia antirracista nos estudos de raça e etnia faz grande diferença na área de pesquisa racial, a autora ainda defende a raça como um conceito historicamente e socialmente construído, enquanto a etnia é associada, geralmente, a grupos que compartilham uma mesma identidade cultural — religião, língua etc.

Pode-se constatar que, geralmente, quando debatemos sobre educação antirracista uma das primeiras observações é incluir atividades de cunho conscientizador sobre raça e racismo nas escolas, entretanto, o objetivo deste tópico é refletir a falta de presença de pessoas não brancas em materiais de estudo e posições de poder. Dei (2000) pontua a necessidade de reconhecer a importância de manter o foco nas instituições educacionais como um dos principais locais para promover transformações sociais significativas. O autor ressalta como essas instituições contribuem para a construção das identidades sociais, e como esses espaços ainda marginalizam, silenciam e invisibilizam corpos não brancos, não só através da opressão social como também, em sua maioria, pela constante negação de múltiplos saberes, experiências vividas e formas de conhecimento alternativas.

Cavalleiro (2001), em seus estudos, evidencia a falta de estudantes não brancos na escola, bem como a diferença na interação professor-aluno em se tratando de alunos não brancos. A autora sugere a adoção de algumas práticas antirracistas em sala de aula, sendo a primeira a reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira, prática essa que pode parecer, a princípio, óbvia. Entretanto, mesmo com os avanços nas políticas públicas de

ensino, um professor reconhecer que sua sala de aula é racista se trata de um dos maiores desafios na docência antirracista. Nesta perspectiva, na universidade a realidade não é distante daquela vivenciada por Cavalleiro na educação básica, as práticas sugeridas também se aplicam à educação superior, e em grande parcela são negligenciadas ou nunca refletidas ou mencionadas.

A compreensão dos professores — enquanto sujeitos que enunciam a partir do local de professor —, no que diz respeito à noção de raça na educação e na sociedade, é fundamental na luta antirracista e na luta contra as manifestações explícitas de opressão em sala de aula (Ladson-Billings, 1998, p. 20). Ferreira (2012). Por outro lado, apesar de reconhecer essa necessidade, Ferreira (2012) problematiza a forma como os professores, embora conscientes, não dão espaço e tempo para essa discussão com os estudantes, fomentando, assim, um ambiente passivo de opressões que silenciam. Neste viés, é notório como essas práticas implícitas são disseminadas na universidade: professores não compõem uma bibliografia recheada de autores negros, pois há uma resistência em reconhecer sujeitos não brancos como produtores de conhecimento. Em suma, a educação antirracista é uma das disciplinas mais necessárias quando se fala sobre a construção identitária social do indivíduo, sobretudo, na universidade, quando estudantes não brancos passam a se constituir como sujeitos.

2. PERCURSO METODOLÓGICO E ANALÍTICO

O presente trabalho consiste em uma abordagem de cunho qualitativo, que visa analisar o discurso presente em 4 vídeos de professoras e discentes negras universitárias. O percurso metodológico adotado tem como base os princípios da Análise do Discurso franco-brasileira apresentada por Orlandi (1999), combinado com elementos da teoria racial crítica (TRC) e da Linguística Aplicada (LA).

Inicialmente a ideia central do trabalho era propor uma coleta de depoimentos abertos de professoras negras de língua inglesa. Devido à dificuldade em encontrar tais professoras e devido ao escasso tempo reservado à pesquisa e escrita do trabalho, os rumos metodológicos foram modificados. Então, iniciamos uma busca de depoimentos já disponíveis em redes sociais, tais como o Twitter, Instagram, Facebook, blogs e Youtube. Utilizamos a combinação de palavras-chave relacionadas ao tema proposto, como “mulheres negras na universidade”, “identidade de mulheres negras na universidade”, “mulheres na universidade”, “constituição identitária de mulheres na universidade”, “mulheres na universidade”, “experiências acadêmicas de mulheres negras”, entre outros.

Após a escolha e identificação das fontes, foram estabelecidos critérios que refinaram o corpus em questão, sendo eles:

- Plataforma: foi escolhida apenas uma plataforma e uma forma de mídia, neste caso, prevaleceu o Youtube e os vídeos encontrados. Além disso, tivemos o cuidado de selecionar vídeos totalmente públicos, a fim de resguardar os aspectos éticos da pesquisa.
- Variedade geográfica: foram considerados vídeos produzidos por mulheres em diversas partes do Brasil, incluindo diferentes universidades e cursos da graduação, mestrado e doutorado em andamento ou concluídos.

O corpus final constitui-se, portanto, de uma coleção de quatro vídeos de mulheres negras e universitárias no Brasil, a saber: A pequena quantidade de vídeos se deu pela limitação de palavras permitidas nas normas de tese de conclusão de curso do curso de Letras-Inglês da Universidade Federal de Uberlândia. *Mulheres Negras na Universidade*², *Negros da Universidade - Racismo Institucional, Epistemicídio e Violência Simbólicas*³, *Saúde mental na Universidade (Resposta a Murilo Araújo 1 canal Muro Pequeno)*⁴ e *Mulher Negra e Acadêmica, Sim!! - Maquia e Fala #8*⁵. Estes vídeos têm como objetivo tematizar experiências vividas nos âmbitos universitários, discutir identidade, conhecimento e saber, e é a partir dessas discursividades que buscamos efeitos de sentidos acerca da construção da identidade racial dessas mulheres na universidade, bem como suas experiências neste ambiente enquanto sujeitas.

2.1 Mulheres negras na academia: descrição dos canais

A seguir, faremos a descrição de cada vídeo, bem como uma breve introdução sobre cada uma das mulheres e os canais, respectivamente.

Imagem 1 - Elisabete Aparecida Pinto.



Fonte: <https://ips.ufba.br/elisabete-aparecida-pinto>

² https://youtu.be/8oaxBho9a94?si=v4U9YGyKVoeJP_Nv

³ <https://youtu.be/oRy-lVhmVjk?si=139yhRMHTb-GTPw5>

⁴ <https://youtu.be/P3I9eGjn4-s?si=rSdVBhMquOOOkNmB>

⁵ https://youtu.be/AT3qhbVLmm4?si=_cjMkYEhpGHtpqfn

Doutora em Psicologia Social pela PUC (Universidade Católica de São Paulo), Elisabete Aparecida Ribeiro é uma das pioneiras no campo de pesquisa do Serviço Social brasileiro e professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A professora não tem um canal próprio no youtube, mas participa como convidada em um canal influente.

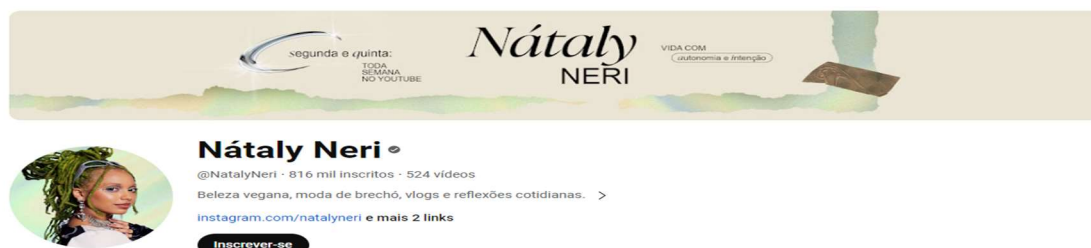
Imagem 2 - Canal Preto



Fonte: <https://www.youtube.com/@CanalPreto>

O Canal Preto, desde a visita que realizamos no dia 15 de janeiro de 2023, tem um acervo de 297 vídeos e conta com mais de 62 mil inscritos. Além do YouTube, a equipe do canal está presente em outras plataformas digitais, como o Instagram, Facebook e Twitter. O canal é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A produção audiovisual fica por conta de Katiucha Watuze. Nas informações gerais do canal, é possível descobrir que a principal linha de atuação dos vídeos são a raça, gênero e trabalho, a fim de disseminar a cultura afro-brasileira e promover a valorização da população negra.

Imagem 3 - Nátaly Neri e Capa do Canal



Fonte: <https://www.youtube.com/@NatalyNeri>

Nátaly Neri tem 27 anos, é formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (USP) e atua ativamente como criadora de conteúdo digital nas principais redes sociais. Sendo uma das primeiras mulheres negras a relatar no YouTube as violências de gênero, classe e raça que sofreu na universidade, seu canal no YouTube foi criado em 2015 e atualmente conta com mais de 800 mil inscritos e 524 vídeos. Nátaly, além de cientista, é conhecida por abordar assuntos como beleza além da estética, veganismo, moda sustentável de brechó e autonomia. Em sua descrição no canal, Nátaly dá ênfase aos temas interseccionais, envolvendo raça, gênero, classe e sexualidade em seus vídeos. O canal era conhecido como Afros&Afins e embora parecido, o conteúdo atual difere dos vídeos mais antigos. O vídeo escolhido para esse trabalho foi publicado há sete anos, em que o canal Nátaly era, na verdade, Afros&Afins.

Imagem 4 - Maristela Rosa



Fonte: <https://www.linkedin.com/in/maristela-rosa-b001b61a7?originalSubdomain=br>

Maristela Rosa, formada em jornalismo e mestre em comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tem 29 anos e é criadora de conteúdo nas principais redes sociais. Maristela também foi uma das primeiras mulheres negras a falar sobre a vida na universidade no YouTube e é uma das fundadoras do canal Papo de Preta. Além disso, é palestrante e aborda temas relacionados à raça, gênero, cultura e população afro-brasileira.

Imagem 5 - Natália Romualdo



Fonte: <https://www.poraldosjornalistas.com.br/tag/natalia-romualdo/>

Natália Romualdo foi formada em jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em conjunto com Maristela. Natália era jornalista e ativista antirracista nas redes, morreu aos 29 anos, em 2022. Em parceria com Maristela, Natália foi fundadora do canal Papo de Preta.

Imagem 6 - Capa do canal *Papo de Preta*



Fonte: <https://www.youtube.com/@PapodePreta>

O canal Papo de Preta, desde nossa última visita, em 24 de janeiro de 2024, tem 192 mil inscritos e 775 vídeos publicados. O canal foi fundado pela dupla de amigas Maristela Rosa e Natália Romualdo, quando ambas ainda eram estudantes de jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assim como o canal de Nátaly Neri, surgiu em 2015 depois de passar por uma série de situações desanimadoras na faculdade e após o fim da graduação. Cerca de cinco anos atrás, as duas jornalistas faziam parte da pequena parcela de mulheres que falavam abertamente sobre racismo e saúde mental de graduandas negras na universidade pública.

2.2 Descrição dos vídeos

Nesse trabalho serão analisados os seguintes vídeos dos canais Canal Preto, Nátaly Neri e Papo de Preta:

TÍTULO:	DISPONÍVEL EM:
Mulheres NEGRAS na UNIVERSIDADE	https://www.youtube.com/watch?v=8oaxBho9a94
NEGROS NA UNIVERSIDADE - RACISMO INSTITUCIONAL, EPISTEMICÍDIO E VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS	https://www.youtube.com/watch?v=oRy-lVhmVjk
Saúde mental na Universidade (Resposta a Murilo Araújo canal Muro Pequeno)	https://www.youtube.com/watch?v=P3I9eGjn4-s
MULHER NEGRA E ACADÊMICA, SIM!!! - Maquia e Fala #8	https://www.youtube.com/watch?v=AT3qhbVLmm4&t=6s

Vídeo 1 - Mulheres NEGRAS na UNIVERSIDADE

Imagem 9 - Capa do vídeo *Mulheres NEGRAS na UNIVERSIDADE* - Canal Preto



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8oaxBho9a94>

O vídeo possui seis minutos, foi publicado em 9 de julho de 2020 e tem 3.632 visualizações desde a última visita que realizamos ao vídeo, em 23 de janeiro de 2024. Logo

no início Elizabete homenageia sua mãe, por não a abandonar na escola, segundo ela, crianças negras são extremamente assediadas na escola, pelos professores, pelos outros colegas e até pelos pais. A professora continua relatando que sua mãe era muito brava, mas também agia com muita docilidade, ela ressalta que tenta copiar a mãe um pouco. Em seguida, narra sua trajetória em busca de um mestrado na PUC e o racismo recreativo que sofreu: “A professora que me atendeu, ela disse pra mim o seguinte: Cê tem dinheiro? Pra fazer essa universidade você tem que ter tempo e dinheiro. E é uma coisa assim que eu consegui passar, superar... né, mas eu acredito que muitos colegas meus desistiram, porque não é o fato de você acessar esse espaço, é o fato de você se manter nele.”. Ainda, ela ressalta que a universidade não se prepara para quem receberá. A professora relembra que o que a ajudou foi a militância negra, para ela, compartilhar vivências é se fortalecer individualmente.

Elizabete reforça a necessidade das políticas públicas na universidade, e homenageia mulheres negras que fizeram parte da história das políticas públicas para negros em universidades. A professora reforça a necessidade da troca de saberes entre espaços na universidade e critica a falta de espaço para o hip hop na academia: “Mas o mais importante é estar na universidade e abrir espaço para novas formas de saberes. Como que você ressignifica o seu conhecimento, esse conhecimento que é, muitas vezes elitista-acadêmico, como um conhecimento que vem de outros espaços?”.

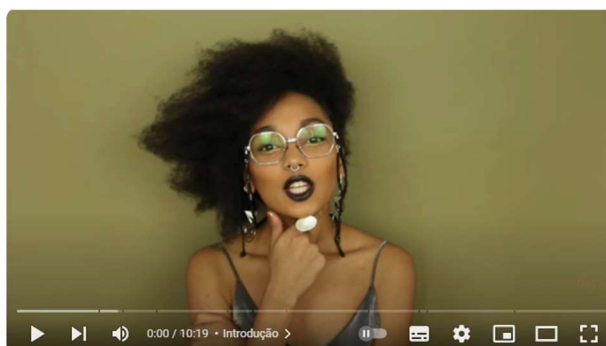
O vídeo traz uma pergunta orientadora para a professora, “Por que a intelectualidade negra não é reconhecida?”. Elizabete elabora que devemos pensar uma universidade multicultural: “Então quando a gente pensa em uma universidade multicultural, é pensar que esse saber das empregadas domésticas... a gente pode absorver, não é? E pode fortalecer e empoderar.”

Embora a professora relate momentos tensos em sua trajetória acadêmica, pontua também como esse espaço contribuiu para quem ela é: “Eu acredito que possam existir políticas, e possam existir sociedades diferentes e mais humanas. E isso é uma coisa bonita, dá pra acontecer [...] e isso não vai empobrecer a sociedade, vai enriquecer”.

Por último, o vídeo apresenta a imagem e nome de mulheres que foram influentes nas políticas públicas voltadas às mulheres negras na universidade, bem como o que elas representam para a história.

Vídeo 2 - NEGROS NA UNIVERSIDADE - RACISMO INSTITUCIONAL, EPISTEMICÍDIO E VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

Imagem 10 - Capa do vídeo *NEGROS NA UNIVERSIDADE - RACISMO INSTITUCIONAL, EPISTEMICÍDIO E VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS* - Canal Nátaly Neri



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=oRy-IVhmVjk>

O vídeo, publicado em 7 de maio de 2017, tem 10 minutos e 19 segundos e conta com 89 mil visualizações desde a última vez que acessamos o conteúdo, em 24/01/2024. Nátaly inicia o vídeo expondo um episódio de epistemicídio cometido por um professor seu, ela relata que o professor ficou horas e horas jogando trechos do trabalho dela na internet pois achava que ela havia cometido plágio. Estudante de Ciências Sociais, ela relata os estereótipos que enfrentava: “Uma das coisas mais recorrentes que aconteciam era amigos e colegas de sala e até mesmo professores se surpreenderam quando descobriu que eu não estudava samba ou antropologia.”. Nátaly ainda ressalta que teve apenas dois professores negros em cinco anos de graduação, e que muitos colegas negros desistiram da universidade ao longo do caminho.

Nátaly evidencia a falta de intelectuais negras na bibliografia das disciplinas que cursava. Em seguida, apresentou três conceitos a serem abordados no vídeo: violências simbólicas, epistemicídio e racismo institucional. Pelos próximos minutos do vídeo, traz exemplos sobre o racismo institucional na faculdade, como, por exemplo, o abuso mental que professores realizam com estudantes negros. De acordo com ela, o espaço acadêmico “o espaço universitário para a pessoa negra, ele é absolutamente torturante, angustiante, ele faz com que você desenvolva inúmeros problemas.”. Ainda, ressalta que esse espaço desenvolve baixa autoestima e que ela se sentiu muito burra durante a graduação.

O não pertencimento também é foco de discussão, Nátaly traz exemplos de alunos brancos com posições de classe confortáveis para estudos mais calmos. Em seguida, reforça que o público (majoritariamente negro) não é burro, a universidade faz com que “você tenha testa de ferro pra encarar o que é a universidade pública hoje em dia se você é uma pessoa negra”. A seguir, a criadora de conteúdo traz o conceito de epistemicídio para o vídeo, ela relata que embora o curso dela seja Ciências Sociais não há estudos afrodescendentes em sua grade horária: “Eu estudo Ciências Sociais e nós não temos na grade fixa autores negros, nós não temos mulheres que contribuíram intelectualmente pra pensar o Brasil, pra pensar política”.

Nátaly narra episódios em que amigas não tiveram suporte de professores para pesquisar no campo racial pois não tinham conhecimento algum sobre a literatura afro, geralmente, esses professores dispensam os alunos. Por fim, ela encerra o vídeo dando um conselho a quem está assistindo: “CALMA! [...] você vai querer desistir, mas esse espaço é tão seu quanto de qualquer pessoa que tá ali”.

Vídeo 3 - Saúde mental na Universidade (Resposta à Murilo Araújo | canal Muro Pequeno)

Imagem 11 - Saúde mental na Universidade (Resposta à Murilo Araújo | canal Muro Pequeno) - Canal Papo de Preta



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=P3I9eGjn4-s>

O vídeo, publicado em 16 de junho de 2017, tem 8 minutos e 52 segundos e possui 29.471 visualizações desde a última vez que o acessamos, em 24 de janeiro de 2024. Natália começa o vídeo contando sua relação com a saúde mental na universidade. Segundo ela, era um entusiasmo entrar no curso, ela queria ser jornalista, mas sentia vontade de ser invisível: “confesso que eu pensei que fosse muito diferente do que foi... eu tinha medo de ocupar aquele espaço, na verdade [...] eu queria ser normal, não queria incomodar”. Em seguida, ela ressalta como foi se desmotivando ao longo do curso: “Chegou um momento que eu não queria ir para a faculdade... eu não sentia prazer em ir para a faculdade”.

A criadora de conteúdo ainda comenta que não conseguia dormir pensando na universidade, os professores não davam suporte, tampouco corrigiam os trabalhos: “eu saí da faculdade e até hoje não tenho a nota desse artigo”. Natália encerra seu depoimento dizendo que, depois que apresentou sua monografia, ficou seis meses longe da faculdade.

Logo em seguida, Maristela inicia seu depoimento, nesse momento dou voz à sua própria fala:

“Fiquei pensando muito em tudo que me aconteceu durante a minha passagem pela universidade. Quando eu entrei, assim... eu me fiz de invisível, sabe? A minha passagem pela faculdade foi totalmente covarde assim, sabe? Eu não queria me expor, não queria falar, não queria que as pessoas me vissem, eu me sentava longe de todo mundo... assim... e.. por puro medo mesmo sabe? E a universidade só fez reforçar todos os dias que aquele lugar não era pra mim. Então, assim, eu me lembro de dias de eu chorando desesperada, pensando *cara* tá todo mundo conseguindo fazer as coisas, tá todo mundo

conseguindo bolsa, e eu não consigo fazer nada, não consigo oportunidade nenhuma. Então eu passei pela universidade acreditando sempre que eu não era digna de estar ali.”

Por fim, Maristela pontua sua revolta sobre o abuso de poder que professores exercem na universidade, e como essa pressão mexe com a saúde mental dos estudantes.

Vídeo 4 - Saúde mental na Universidade (Resposta a Murilo Araújo | canal Muro Pequeno)

Imagem 12 - *MULHER NEGRA E ACADÊMICA, SIM!!! - Maquia e Fala #8*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=AT3qhbVLmm4&t=6s>

O vídeo, publicado em 6 de junho de 2018, tem duração de 9 minutos e 14 segundos e 5.498 visualizações. Maristela propõe um vídeo em que fala sobre sua recém entrada no mestrado em comunicação enquanto se maquia. Maristela ressalta que quando saiu da faculdade encontrou muita dificuldade no mercado de trabalho, assim, resolveu retornar à universidade para fazer mestrado. A criadora de conteúdo pontua que seu projeto é sobre mulheres negras, mas o ambiente universitário é racista subjetivamente: “Eu até agora li muita coisa... todos os autores que li são pessoas brancas... eu li uma mulher só até agora... isso das leituras obrigatórias do mestrado”.

Maristela pontua como sente medo de fazer uma pesquisa sobre mulheres negras com uma bibliografia completamente branca, se seguir o que o curso de mestrado propõe. Ainda, narra como o conhecimento das mulheres negras é invisibilizado: “Essa visão do que é

conhecimento válido é opressora, né? Porque aí o conhecimento de mulheres negras, conhecimento verbal, conhecimento da vida dessas mulheres negras, o conhecimento que não é escrito no papel, que não vira livro, que não circula pela CAPES, o conhecimento que não vira artigo, o conhecimento que não vira tese não é reconhecido”. Apesar dos obstáculos, Maristela diz ter um ótimo orientador.

Os próximos minutos são destinados à maquiagem, enquanto traz o exemplo de uma aluna escrevendo um artigo sobre uma renomada doutora negra, então, um professor branco trouxe a questão de que essa aluna sentia muita certeza. Essa fala, para Maristela, era recheada de racismo: “Eu tava pensando sobre isso assim... nós pessoas negras, principalmente nós mulheres negras quando a gente entra nesses espaços, o quanto a gente precisa ir munido de certezas, porque esse espaço vai o tempo todo nos colocar a prova, vai o tempo todo nos colocar em dúvida”.

Por fim, Maristela aponta como negros não podem vacilar, nem sentir dúvida, pois a qualquer momento podemos levar uma rasteira. Além de pontuar que é difícil fazer um trabalho que realmente incomode, devido à falta de preparo dos orientadores com uma bibliografia negra e feminina. Nos últimos minutos, dedica o vídeo à maquiagem, já que a estética negra também é necessária e relevante.

As descrições dos vídeos nos levaram a analisar e selecionar elementos que tivessem identificação com a identidade racial negra e que se relacionassem em todos os vídeos. Em outras palavras, realizamos uma busca de elementos que se repetissem com frequência e que, de alguma forma se relacionassem com a identidade racial. Nessa perspectiva, os elementos que mais se sobressaíram em todos os vídeos foram “racismo” e “conhecimento”, os quais produzem sentidos relevantes para as representações identitárias de mulheres na academia.

Desse modo, a fim de analisar os discursos produzidos por essas mulheres ao compartilharem suas experiências únicas na universidade, identificamos alguns efeitos de sentidos (des)velados em seus dizeres em torno da questão do conhecimento. Explicitamos, em

cada vídeo, os sentidos que nos pareceram mais predominantes. Entendemos que tais sentidos se imbricam e funcionam dialogicamente, todavia aqui os separamos por questões didáticas.

3. O DISCURSO DE MULHERES NEGRAS NA ACADEMIA

Pontuar o racismo dentre tantos elementos analisados nos vídeos pode parecer, a princípio, básico. Entretanto, em um país em que mais da metade de sua população é negra e ainda assim é uma das maiores potências de violência racial no mundo, nos parece relevante refletir como a prática racista se finda nos espaços de vivência e socialização. Nos vídeos analisados, a professora e as estudantes buscam construir argumentos que evidenciem o racismo, para além de agressões físicas e verbais explícitas. Desse modo, tanto no relato de Elizabete, quanto no de Nátaly e Natália é evidenciado como o racismo se finda furtivamente nas instituições. Elas buscam, portanto, além de compartilhar experiências pessoais e individuais, promover o debate acerca do racismo em dimensão institucional.

Os dizeres identificados buscam explicitar como o racismo é sorrateiro e subjetivo dentro do âmbito acadêmico. Natália, Maristela e Nátaly, em seus enunciados, utilizaram com frequência o termo “racismo estrutural”, enquanto a professora Elizabete expõe as práticas do racismo recreativo que ocorrem neste ambiente acadêmico, ambos os enunciados ecoam uma memória discursiva. Orlandi (1999) pontua que diferentes construções de sentidos remetem a interdiscursos e circunstâncias que indicam que os sentidos não estão só nas palavras, mas na exterioridade, isto é, nas condições em que elas são produzidas. Assim, quando Nátaly relata que a evasão de estudantes negros na universidade ocorre devido às práticas racistas internalizadas naquele ambiente e não pela incapacidade desses estudantes de lidarem com a universidade, e quando Natália narra o quanto se sentia pequena e invisível em suas aulas ou quando as duas ressaltam que não há autoras e autores negros renomados na lista de leituras obrigatórias de seus cursos, salientam o que Charles V. Hamilton e Kwame Ture (1997, p. 21) classificam como racismo institucional:

O racismo institucional se baseia na operação ativa e perversa de atitudes e práticas anti-negras. Prevalece um sentido de posição superior de um grupo: os brancos são "melhores" do que os negros; portanto, os negros deveriam se subordinar aos brancos. Esta é uma atitude racista que permeia a sociedade, tanto em nível individual quanto institucional, de forma implícita e

explícita. "Respeitáveis" indivíduos podem se absolver da culpa individual: eles nunca jogariam uma bomba em uma igreja; eles nunca apedrejariam uma família negra. Mas continuam a apoiar políticos e instituições que perpetuam políticas institucionalmente racistas. Deste modo, atos de racismo individual explícito podem não ser típicos da sociedade, mas o racismo institucional sim - com o apoio de atitudes individuais encobertas de racismo.⁶

O racismo institucional, dizem os autores, é menos evidente do que o racismo individual, é mais sutil, não é identificado por câmeras, mas é tão destrutivo e violento à vida humana quanto o racismo individual. Conseguimos identificar esses padrões de práticas racistas apontadas pelos autores no relato de Nátaly, quando relembra que um de seus professores ficou espantado ao saber que ela não tinha o interesse em se aprofundar em antropologia ou quando Elizabete foi questionada se tinha dinheiro e tempo para fazer mestrado na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Esses dizeres atuam como estigmatizantes sociais, fortalecem o sentimento de inferioridade e incapacidade e contribuem para demonstrar, segundo Almeida (2018, p. 30), como o “racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade”.

A utilização do elemento “racismo” em todos os vídeos apresentados nos mostra que o racismo está estreitamente relacionado ao subjetivismo, ao Estado e à economia. Como exposto no vídeo “Mulheres Negras na Universidade”, Elizabete não condena integralmente a universidade, tampouco nega a importância dela na sua identificação como sujeito — que se deu dentro da universidade — mas suas palavras, ao dizer que muitos colegas não conseguiram “superar” o caminho entre o ingresso na universidade e a retirada do diploma, torna evidente como se organizam e sustentam as organizações de força em nossa sociedade, em outras palavras, se trata de um exemplo perfeita de como a sociedade é construída por relações

⁶ Tradução minha para “Institutional racism relies on the active and pervasive operation of anti-black attitudes and practices. A sense of superior group position prevails: whites are “better” than blacks; therefore blacks should be subordinated to whites. This is a racist attitude and it permeates the society, on both the individual and institutional level, covertly and overtly. “Respectable” individuals can absolve themselves from individual blame: they would never plant a bomb in a church; they would never stone a black family. But they continue to support political officials and institutions that would and do perpetuate institutionally racist policies. Thus acts of overt, individual racism may not typify the society, but institutional racism does—with the support of covert, individual attitudes of racism.” (Hamilton; Kwame, 1967, p. 21).

hierarquizadas. Dessa maneira, o contexto imediato em que essas mulheres estavam inseridas normaliza e consolida como verdade em nosso imaginário quais espaços devem ou não ser ocupados pela população negra.

À luz da teoria platônica, o conhecimento se refere ao ser, à capacidade de produzir e conhecer e, quem conhece, só conhece porque existe, este conhecimento, no entanto, não provém da experiência. Embora importante, ao decorrer do tempo, a teoria do conhecimento platônico foi alvo de diversas críticas, uma vez que tende a construir hierarquias de conhecimento, isto é, as dinâmicas sociais do conhecimento e os meios pelos quais as relações de poder influenciam a produção e disseminação de saberes são negligenciados pelo viés desta teoria. Sousa Santos (2004, p. 9), por outro lado, defende que “toda experiência social produz e reproduz conhecimento”, assim, não há conhecimento sem atos e práticas sociais.

O “conhecimento” é recorrente no discurso das quatro mulheres analisadas neste trabalho, tanto do lugar de professora — como Elizabete — quanto do lugar de estudante — Natália, Maristela e Nátaly. Elizabete ressalta o estar na universidade como um local de troca de saberes e conhecimento. A professora questiona como o espaço universitário pode ressignificar o conhecimento, em sua maioria elitista-acadêmico, em um conhecimento que vem de outros espaços, a professora ainda pontua como o conhecimento negro é invalidado no espaço elitista-acadêmico. Observemos os dizeres de Elizabete, enquanto professora, sobre o conhecimento:

3.1. Elizabete: a universidade e a (im)possibilidade de conhecimentos outros

Elizabete: E antes de eu ir para o Mestrado na Unicamp, eu procurei o mestrado em serviço social, na PUC, a pessoa que me atendeu... a professora que me atendeu me disse o seguinte: você tem dinheiro? Porque para fazer essa universidade você tem que ter tempo e dinheiro. E é uma coisa assim que eu... consegui passar, superar, mas muitos colegas meus desistiram.

Mas o mais importante, é estar na universidade e... abrir o espaço para novas formas de saberes. Como que você ressignifica o seu conhecimento, esse conhecimento que é, muitas vezes, elitista-acadêmico, como um conhecimento que vem de OUTROS espaços?

Eu acredito que a universidade poderia dar espaço para a “universidade do hip-hop”, por exemplo, né? O hip hop é mais que cultura artística, ele é uma forma de vida, ele é poesia, ele é moda, é que mesmo na universidade nós temos ainda essa visão muito... muito elitista, por mais que a gente diga que nós sejamos progressistas, que não somos conservadores e nem reacionários, a gente acredita que ainda possa fazer pro outro, presentear os outros. O outro é o pobre, o negro, o índio, *não é?* Mas a gente não pode construir junto com eles.

Esse saber das empregadas domésticas, a gente pode absorver... *não é?*

Quando observamos os dizeres de Elizabete, é interessante examinar como, ao falar dos outros, fala de si, isto é, embora a professora afirme que superou os obstáculos, ressalta que muitos colegas desistiram no percurso e se inscreve, assim, no discurso da falta, conferindo a outras pessoas negras a dificuldade em permanecer na universidade, os saberes culturais, históricos e sociais cultivados na rua são veemente rejeitados. Nessa conjuntura, a locução pronominal *a gente* produz o efeito de que, mesmo enunciado por Elizabete do local de professora, a universidade não se configura como um espaço acessível e confortável para pessoas não brancas.

Do mesmo modo, Maristela disserta sobre sua formação:

3.2 Maristela: a (i)legitimidade do conhecimento

Maristela: Eu tava pensando sobre isso assim.. nós pessoas negras, principalmente nós mulheres negras quando a gente entra nesses espaços, o quanto a gente precisa ir munido de certezas, porque esse espaço vai o tempo todo nos colocar a prova, vai o tempo todo nos colocar em dúvida.

Essa visão do que é conhecimento válido é opressora, né? Porque aí o conhecimento de mulheres negras, conhecimento verbal, conhecimento da vida dessas mulheres negras, o conhecimento que não é escrito no papel, que não vira livro, que não circula pela CAPES, o conhecimento que não vira artigo, o conhecimento que não vira tese não é reconhecido.

O conhecimento, no discurso de Maristela, estudante de mestrado em jornalismo, aparece como objeto de desejo. Desejo que não parece se completar: na graduação Maristela tinha medo de interagir, embora quisesse muito, no mestrado, não há espaço para o saber negro (*esse espaço vai o tempo todo nos colocar a prova, vai o tempo todo nos colocar em dúvida*). Ao afirmar que na universidade *a gente precisa ir munido de certezas*, podemos, talvez, assumir que esse enunciado se sustenta num imaginário no qual o sujeito não nega ocupar esse espaço, mas também não afirma ocupar. No depoimento de Elizabete, entretanto, esse desejo aparente de ser reconhecido, de receber o mérito “merecido” pela produção acadêmica desenvolvida, parece ser amenizado, uma vez que se vê em uma posição sujeito diferente das demais: a de professora. Na mesma medida que tece críticas à academia, também é capaz de reconhecer que aquele espaço a constitui como sujeito pensante.

Para Nátaly, a academia rejeita qualquer forma de conhecimento produzido por pessoas negras:

3.3 Nátaly: a (in)validação da contribuição negra

Nátaly: Gente, eu estudo ciências sociais, e se isso já é complicado no meu curso que fala sobre classe, sobre raça, imagina em cursos que não são. Eu estudo ciências sociais e nós não temos na grade fixa autores negros, nós não temos na grade fixa mulheres que contribuíram intelectualmente para o pensar Brasil, pra pensar cultura, pra pensar política!

Então, tem alunos que se forma em ciências sociais sem nunca ter ouvido falar sobre autores negros, sem nunca ter ouvido discussões raciais. e aí escutam a palavra “branquitude” e acham que é um termo pejorativo de tão ignorante que essas pessoas são nas discussões raciais no Brasil.

Uma coisa muito comum que acontece com várias amigas minhas, é quererem estudar questões negras e a professora ou o professor não tem conhecimento algum sobre literatura pra oferecer pra ela desenvolver pesquisa. Tipo, “aí desculpa, essa não é minha área, você pode achar outro professor”. Não é a área de ninguém!

Eu já ouvi “é porque nós não temos escritores negros o suficiente que desenvolveram pensamento acerca desse tema”. NÃO! Epistemicídio fala que existe sim uma contribuição, uma contribuição de peso. Ela é negada nesse espaço, é um posicionamento, é uma escolha, principalmente ideológica...”

Diferente do depoimento de Elizabete, Nátaly, em seu discurso, não ameniza o desconforto e indignação perante a lacuna de conhecimento racial da academia e da equipe que a compõe. O advérbio “né” utilizado tantas vezes por Elizabete não é reproduzido uma vez sequer nos dizeres de Nátaly, pois ela não busca a aprovação do interlocutor. Ela evidencia, do local de aluna, a raiva e a tensão de se sentir *negligenciada e invisível*.

Assim como Nátaly, Natália enuncia sobre o sentimento de se sentir invisível:

3.4 Natália: a invisibilidade feminina

Natália: Eu não queria incomodar... eu queria ser normal.. e o meu normal era quase invisível, sabe? Se eu... é... se eu pudesse fazer pra ser notada assim era o que eu queria, apesar disso, a minha... a minha vontade de contribuir, a minha vontade de me tornar uma jornalista era muito grande. Eu entrei na universidade com uma gana... uma garra [...] no segundo período eu já não estava motivada como tinha entrado... [...] eu cheguei num momento em que assim... eu não queria mais ir para a faculdade, eu só ia porque eu não queria tomar pau.

Além de expor o sentimento de negligência e abandono na faculdade, Natália, assim como Maristela, tem como objeto de desejo a validação de seu conhecimento. Ela não nega que ocupou aquele espaço, tampouco que não queria — inicialmente — estar nele, mas também não afirma que fez daquele espaço seu.

Ao observarmos os dizeres de Elizabete, Natália, Maristela e Nátaly, percebemos que o *conhecimento*, em seus discursos, produz efeitos de sentido acerca da marginalização ou supressão de sistemas de conhecimento, epistemologias e formas de saber que não estão configuradas nos paradigmas dominantes dos meios de mando.

Os discursos analisados revelam, de certa forma, como o epistemicídio se manifesta em diferentes contextos. Sousa Santos (2009) denomina o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos como uma epistemologia do sul, o conhecimento, nesse sentido, se trata de um interconhecimento, isto é, refere-se a uma pluralidade de conhecimentos de mundo, além do conhecimento científico-ocidental. É possível perceber como os dizeres de Elizabete, Maristela e Nátaly se opõem às formas de rejeição do conhecimento afro centrado nos espaços públicos de educação superior e fortalecem a ideia de que todo conhecimento é social, histórico e contextualizado. Daí damos espaços às palavras de Sousa Santos (2009, p. 10), quando questiona “por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento?”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na Análise do Discurso franco-brasileiro e nas contribuições da Linguística Aplicada (LA), analisamos as representações discursivas de mulheres negras em vídeos disponíveis no YouTube. Quando se iniciou o trabalho de pesquisa foi possível observar que não havia muitos materiais disponíveis para análise, dificultando, parcialmente, a realização da pesquisa. Entretanto, ao analisar o material selecionado, encontramos uma diversidade de elementos discursivos que consideramos relevantes para a construção da narrativa discursiva do trabalho. Diante disso, identificamos enunciados que perpetuam representações estereotipadas acerca de mulheres negras no ensino superior, bem como dizeres que constroem uma vasta construção de efeitos de sentido.

As contribuições de Gonzales (2011), Carneiro (2018) e Orlandi (1999), foram, sobretudo, essenciais para atingir os resultados esperados da pesquisa. Embora a princípio promova estranheza, contemplar um trabalho em Análise do Discurso (AD) com contribuições da Linguística Aplicada (LA), dos Estudos Raciais, classe e gênero, nos permite defender a produção e reprodução de conhecimento de corpos constantemente silenciados e marginalizados nas instituições que nos estruturam. Esta perspectiva nos permite, ainda, reconhecer esses corpos como indivíduos pensantes, sujeitos que produzem conhecimento válido e científico. Implica também, entender o processo de enunciação das mulheres analisadas como processos tensos e, de certo modo, falhos, uma vez que a AD e LA nos permitem transgredir e promover rupturas nas enunciações.

Podemos ressaltar que, no corpus analisado, a universidade é, ao mesmo tempo que não, lugar de aprendizagem, onde essas mulheres se constituem como sujeitas. A falta e a completude, nesse sentido, se fazem presentes. É neste local — a universidade — em que provém o desejo de validação e completude, da mesma maneira em que é perceptível a noção da falta. Este confronto responde às inquietações iniciais que levaram à escrita deste trabalho: *como os enunciados relacionados às identidades raciais negra e branca ressoam no discurso identitário das mulheres negras dentro do âmbito acadêmico? e quais são os sentidos*

atribuídos a esses enunciados? Para responder a essas perguntas, recorreremos à necessidade de problematizar os discursos presentes na formação e pós formação destas mulheres, a fim de promover deslocamentos que provocassem percepções críticas do ser mulher e negra na universidade.

Defender a compreensão de discursos nos quais se inscrevem essas mulheres, dentro da universidade, contribui para novos olhares acerca dos processos de identificação racial nas instituições de poder. As percepções discutidas neste trabalho só foram possíveis devido a existência de canais como os de Nátaly e Maristela, quando o YouTube ainda era uma terra desconhecida e sombria para os estudos raciais. Daí surge a necessidade de abrir espaço à voz de mulheres que vêm de locais constantemente negligenciados e rejeitados por uma sociedade socialmente construída por um esqueleto racista. Podemos afirmar que a representatividade e resistência negra na universidade se constitui também pelas conexões midiáticas.

Os vídeos analisados nos levam a entender que o enlace entre a LA e a AD nos permite refletir as formações discursivas de mulheres negras e suas representações sociais, ainda, investe no processo de valorização da produção científica, social e política de corpos negros. Por fim, essas percepções só são possíveis quando nos deslocamos para um local de conhecimento conjunto: a cura vem das trocas de saberes entre pessoas que partilham experiências de diferentes comunidades raciais, científicas, culturais e históricas.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **O discurso sobre a negritude**. Paris: Présence Africaine, 2010.

https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/conheca-os-secretarios-do-ministerio-da-igualdade-racial

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. [BSC_000889]

CARNEIRO, Sueli. **A Mulher negra na sociedade brasileira: O papel do movimento feminista na luta antirracista**. In: História do negro no brasil. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

CARNEIRO, Sueli. **Identidade Feminina**. In: Mulher Brasileira é Assim. Rio de Janeiro, Brasil: Rosa dos Tempos, 1994., p. 185-194

CARNEIRO, Sueli. **O mito da democracia racial**. In: LAMOUNIER, Bolívar. Brasil e África do Sul: uma comparação. São Paulo, Brasil: Idesp Editora Sumaré, 1996., p. 428

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. (2011). 2011.Disponível

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman? Black women and feminism.** Cambridge, MA: South End, 1981.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N° 92/93 (jan/jun). 1988b, p. 69-62.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, [1999], 2005a.

ORLANDI, Eni P. **O que é lingüística?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências.** Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese de Doutorado em Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

DEI, George Jerry Sefa; CALLISTE, Agnes et al. **Power, knowledge and antiracism education: a critical reader**. Halifax, Nova Scotia: Fernwood, 2000.

SANTOS, B. de S. (org.). **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. de S. (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.

SANTOS; MARIA PAULA MENESES. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

Mulheres NEGRAS na UNIVERSIDADE - Canal Preto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8oaxBho9a94>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

NEGROS NA UNIVERSIDADE - RACISMO INSTITUCIONAL, EPISTEMICÍDIO E VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oRy-IVhmVjk>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

Saúde mental na Universidade (Resposta à Murilo Araújo | canal Muro Pequeno). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P3I9eGjn4-s>>.

MULHER NEGRA E ACADÊMICA, SIM!!! - Maquia e Fala #8. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AT3qhbVLmm4&t=6s>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula; GUILHERME, Maria de Fátima Fonseca. Linguística Aplicada e Análise do Discurso: **possíveis entrelaçamentos para a constituição de uma epistemologia**. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v.1, n. 1, p. 17-40, ago./dez. 2013. (ISSN 2317-1006 – online).